



Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

www.equatorialenergia.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 02"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Traço de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1.184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1.962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R\$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. Os investimentos em 2023, atingiram a marca R\$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R\$ 2,4 bilhões em renovações (devido à implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nossa principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituida em 17 de novembro de 2016,

com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: consistente na Linha de Transmissão Barreiras II - Buritirama, em 500 KV - com extensão aproximada de 213 quilômetros; (b) pela subestação Buritirama, em 500KV. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 9 municípios dos Estados da Bahia e Piauí: Buritirama, Piauí Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Dirceu Arcoverde, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP (Receita Anual de Permissão) da Companhia é de R\$ 98,18 milhões, atualizada anualmente pelo IPCA, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Andamento do Projeto.** A SPE 02 está com todos os seus ativos em Operação desde o início de 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 05 de fevereiro de 2020, completando 100% de ativos em Operação Comercial. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 2,6 bilhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro.** Receita líquida. Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R\$ 112,18 milhões. Custos e despesas operacionais. No ano de 2023, o total de custos e despesas, foi de R\$ 9,59 milhões. EBITDA. Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R\$ 103,46 milhões. Resultado financeiro. Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 27,41 milhões. Imposto de Renda e Contribuição

Social. Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 12,80 milhões. Benefícios Fiscais. Em 21 de outubro de 2020, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. o benefício de redução de 75% do imposto sobre renda sob a justificativa da implantação de empreendimentos de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2021 a 2030. Lucro líquido. Em 2023, a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 63,24 milhões. Endividamento. No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 395,15 milhões. As dívidas da SPE 02 têm um perfil confortável de vencimentos, com apenas 5,67% em curto prazo.

Relacionamento com auditores externos: A Ernst & Young Auditores Independentes contrata a Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Alilton Costa Ferreira e Waldenir Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordaram, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Directoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Alilton Costa Ferreira - Diretor; Waldenir Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-0-3-S-A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

| | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|--------|----------------|----------------|---|----------------|----------------|
| Ativo | | | | Passivo | | |
| Circulante | | | | Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 177 | 163 | Fornecedores | 4.922 | 5.794 |
| Aplicações financeiras | 6 | 35.460 | 34.982 | Empréstimos e financiamentos | 16.674 | 16.368 |
| Contas a receber | | 13.126 | 9.509 | Debêntures | 5.739 | 2.506 |
| Serviços pedidos | | 260 | — | Dividendos a pagar | 1.588 | 6.381 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 695 | 703 | Impostos e contribuições a recolher | 1.700 | 1.633 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | 11.152 | 12.418 | | Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher | 4.527 | 2.576 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 1.858 | 1.905 | PIS e COFINS diferidos | 3.960 | 3.521 |
| Outras contas a receber | | 782 | 1.600 | Encargos setoriais | 1.202 | 757 |
| Ativos de contratos | 8 | 115.834 | 102.657 | Outras contas a pagar | 2.842 | 1.104 |
| Total do ativo circulante | | 179.344 | 163.937 | Total do passivo circulante | 43.154 | 40.630 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | |
| Aplicações Financeiras | 6 | 11.437 | 10.379 | Empréstimos e financiamentos | 321.121 | 337.018 |
| Intangível | | 336 | 350 | Debêntures | 51.616 | 53.552 |
| Ativos de contrato | 8 | 654.134 | 646.327 | PIS e COFINS diferidos | 87.780 | 81.578 |
| Total do ativo não circulante | | 665.907 | 657.056 | Imposto de renda e contribuições social diferidos | 92.658 | 84.390 |
| Total do ativo | | 845.251 | 820.993 | Total do passivo e patrimônio líquido | 845.251 | 820.993 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

| | Notas | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | Reserva de incentivos fiscais | Reserva para investimento e expansão | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | Total |
|--|---------|----------------|---------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|-------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 94.888 | 7.562 | 45.609 | — | 21.820 | 1.045 | — | 170.924 |
| Dividendos adicionais distribuídos – 2021 | | — | — | — | — | — | (1.045) | — | — |
| Lucro líquido do exercício | | — | — | — | — | — | — | 55.327 | 55.327 |
| Destinação do lucro | | | | | | | | | |
| Reserva legal | | — | 2.356 | — | — | — | — | (2.356) | — |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | | — | — | — | 8.217 | — | — | (8.217) | — |
| Realização da reserva de lucros a realizar | | — | — | (933) | — | — | — | (933) | — |
| Constituição de reserva para investimento e expansão | | — | — | — | — | 39.076 | — | (39.076) | — |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | — | — | — | — | — | — | (448) | — |
| Dividendos adicionais propostos | | — | — | — | — | — | — | (481) | — |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 94.888 | 9.918 | 44.676 | 8.217 | 60.896 | 5.230 | — | 223.825 |
| Dividendos adicionais distribuídos 2022 | | — | — | — | — | — | (5.230) | — | — |
| Lucro líquido do exercício | | — | — | — | — | — | — | 63.243 | 63.243 |
| Destinação do lucro | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 15.2.b) | — | 2.534 | — | — | — | (2.534) | — | — |
| Reserva de incentivos fiscais | 15.2.a) | — | — | — | 12.566 | — | (12.566) | — | — |
| Realização da reserva de lucros a realizar | 15.2.c) | — | — | (1.107) | — | — | — | (1.107) | — |
| Constituição de reserva para investimento e expansão | 15.2.d) | — | — | — | — | 6.647 | — | (6.647) | — |
| Dividendos intermediários distribuídos | | — | — | — | — | (11.500) | — | (19.828) | (31.328) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | — | — | — | — | — | — | (481) | (481) |
| Dividendos adicionais propostos | 15.2.e) | — | — | — | — | — | 21.187 | (21.187) | — |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 94.888 | 12.452 | 43.569 | 20.783 | 56.043 | 21.187 | — | 248.922 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

| | |
| --- | --- |
| **1. Contexto operacional:** A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituida em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., companhia do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Q ST SCS - B, Quadra nº 09, nº 09 Bloco A, Sala 1201, Parte 2, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão Barreiras II - Buritirama, em 500 KV, primeiro circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 213(KM) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Barreiras II, pela subestação Buritirama, em 500 KV. A informação não está auditada. **1.1. Contrato de concessão.** Conforme Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017 - ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1547/2019, com validade pelo período de seis anos, contados a partir da assinatura em 27 de dezembro de 2019, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultados e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** **2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: | **2.4.2. Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte direamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas na técnica de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e preços idênticos; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transações entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorrem as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos Financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplic |

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

fase de operação. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indicios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que será refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precisar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura a medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVII) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, a medida que os serviços são prestados.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e o risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4. Subvenções e assistências governamentais. Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como reembolso ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada da correspondente ativa. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1. Benefícios fiscais. SUDENE. Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o

Decreto Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. o direito a redução de 75% do

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área

de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030.

3.5. Imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base

nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto

de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há com

penhora de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do CPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade

tributária aceiteirá um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza

será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos

tributários sobre o lucro apurados pela Companhia.

3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente. O

imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do

exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a

reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a menor estimativa quanto ao

valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do

balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável

para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido. Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos

sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros, hono-

rários e licença-prêmio entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis e os montantes apurados

conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na me-

dida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes.

Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal

diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os

planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balan-

ço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que

o ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada

data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão

que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas

alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas

vigentes na data do balanço.

3.6. PIS e COFINS diferidos. Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e de construção

e sobre remuneração do ativo de contrato hão é diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade

Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações

determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7. Instrumentos financeiros. **3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial.** Os contas a receber de clientes e os títulos de divida

reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros

são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não

mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à

sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.7.2. Classificação e mensuração subsequente. **(a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados

ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia

não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhe-

cimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender

as alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é

feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros

derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro

que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se

isso eliminar ou reduzir significativamente um desacordo contábil que de outra forma surgir. **(b) Ativos finan-**

ceiros – avaliação do modelo de negócio. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios

em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é

gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e

objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber

se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um

de determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de

passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos

financeiros; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que

afetam o desempenho do modelo de negócios (o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a

maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados (por exemplo,

se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos); e • A

frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais

vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transa-

ções que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com

o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciamento

ao longo do tempo são classificados como ativos financeiros de investimento.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal de juros. Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro tem um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Para fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modificarem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos financeiros (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério dos pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mas os juros contratuais (que também podem incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos)

são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas.**

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação da parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros

foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado

como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for

um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são

mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

3.7.3. Desreconhecimento. **(a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirem, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa

contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da

titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da

titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação

contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos

se modificaram e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo

passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. O desreconhecimento de um

passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos

transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(c) Compensação.**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo

financeiro são transferidos ou na qual mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da

titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(d) Contabilidade.**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou

expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos

se modificaram e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo

passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. O desreconhecimento de um

passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos

transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(e) Contabilidade.**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo

financeiro são transferidos ou na qual mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da

titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(f) Contabilidade.**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou

expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos

se modificaram e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo

passivo finance

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

9. Empréstimos e financiamentos: 9.1. Composição dos saldos.

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (% a.a.) | Garantias | 2023 | | |
|------------------------------------|-----------------------------|-----------------|----------------------|-------------------------------|---------|
| | | | Principal e encargos | Aval/Fiança + Fiança Bancária | Total |
| | | | Circulante | Não circulante | Total |
| Banco do Nordeste (BNB) | IPCA + 2,08% | + Conta Reserva | 16.802 | 322.854 | 339.656 |
| (-) Custo de captação | | | (128) | (1.733) | (1.861) |
| Total empréstimos e financiamentos | | | 16.674 | 321.121 | 337.795 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (% a.a.) | Garantias | 2022 | | |
|------------------------------------|-----------------------------|-----------------|----------------------|-------------------------------|---------|
| | | | Principal e encargos | Aval/Fiança + Fiança Bancária | Total |
| | | | Circulante | Não circulante | Total |
| Banco do Nordeste (BNB) | IPCA + 2,08% | + Conta Reserva | 16.496 | 338.879 | 355.375 |
| (-) Custo de captação | | | (128) | (1.861) | (1.989) |
| Total empréstimos e financiamentos | | | 16.368 | 337.018 | 353.386 |

9.2. Movimentação dos empréstimos

| Moeda Nacional | 2023 | | |
|---|--------------------|------------------------|----------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 16.368 | 337.018 | 353.386 |
| Encargos | 23.257 | — | 23.257 |
| Transferências | 15.897 | (15.897) | — |
| Amortização de Principal | (14.909) | — | (14.909) |
| Pagamentos de juros | (24.067) | — | (24.067) |
| Custo de captação (a) | 128 | — | 128 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 16.674 | 321.121 | 337.795 |

9.3. Cronograma de amortização da dívida.

| Moeda Nacional | 2023 | | |
|--|--------------------|------------------------|----------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 21.589 | 351.644 | 373.233 |
| Encargos | — | 4.017 | 4.017 |
| Transferências | 33.862 | (4.185) | 29.677 |
| Amortização de Principal | 14.458 | (14.458) | — |
| Pagamentos de juros | (43.949) | — | (43.949) |
| Custo de captação (a) | 128 | — | 128 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 16.368 | 337.018 | 353.386 |
| (a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição. 9.3. Cronograma de amortização da dívida. Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo: | | | |

| Vencimento | 2023 | | |
|---|----------------|-------------|--|
| | Valor | % | |
| 2025 | 16.674 | 5% | |
| 2026 | 16.849 | 5% | |
| 2027 | 17.721 | 5% | |
| 2028 | 18.645 | 6% | |
| Até 2038 | 19.622 | 6% | |
| Subtotal | 250.017 | 74% | |
| Custo de captação (Não circulante) | 322.854 | 96% | |
| Não circulante | (1.733) | -1% | |
| Total | 321.121 | 95% | |
| | 337.795 | 100% | |

9.4. Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussionárias e covenants, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. 10. Debêntures.

10.1. Movimentação das debêntures.

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

| Moeda Nacional | 2023 | | |
|---|--------------------|------------------------|---------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 2.506 | 53.552 | 56.058 |
| Encargos | 2.762 | — | 2.762 |
| Transferência | 3.352 | (3.352) | — |
| Amortização do principal | (1.494) | — | (1.494) |
| Pagamento de juros | (2.759) | — | (2.759) |
| Variação monetária | 1.181 | 1.416 | 2.597 |
| Custo de captação (a) | 191 | — | 191 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 5.739 | 51.616 | 57.355 |

| Moeda Nacional | 2023 | | |
|---|--------------------|------------------------|---------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.005 | 51.799 | 52.804 |
| Encargos | 2.708 | — | 2.708 |
| Transferência | 955 | (955) | — |
| Pagamento de juros | (2.652) | — | (2.652) |
| Variação monetária | 300 | 2.708 | 3.008 |
| Custo de captação (a) | 190 | — | 190 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 2.506 | 53.552 | 56.058 |

(a) O efeito positivo no custo de captação ocorreu em função da amortização.

10.2. Características das Debêntures

| Característica das debêntures | Garantias | Valor da emissão | Série | Custo Nominal | Emissão | Vencimento | Passivo circulante | Passivo não circulante | 2023 | |
|---|-------------------|------------------|-------------------|---------------|---------|------------|--------------------|------------------------|-------|-------|
| | | | | | | | | | Total | Valor |
| (1) (2) (3) (4) (5) (6) | Aval/Fiança Unica | 45.000 | IPCA + 4,65% a.a. | fev/19 | jan/33 | 5.739 | 51.616 | 57.355 | | |
| (1) Emissão pública de debêntures simples (3) Não conversíveis em ações (4) Espécie quirografária (5) Debêntures incentivadas (6) Garantia adicional fidejussionária. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura. 10.3. Cronograma de amortização da dívida. As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir: | | | | | | | | | | |

| Vencimento | 2023 | | |
|---|----------------|-------------|--|
| | Valor | % | |
| 2025 | 5.739 | 10% | |
| 2026 | 6.309 | 11% | |
| 2027 | 5.333 | 9% | |
| 2028 | 5.630 | 10% | |
| Até 2038 | 6.547 | 11% | |
| Subtotal | 29.377 | 51% | |
| Custo de captação (Não circulante) | (1.580) | -3% | |
| Não circulante | 5.161 | 90% | |
| Total | 57.355 | 100% | |

| Covenants debêntures | 2023 | | |
|--|------|----------------|----------------|
| | Nota | 2023 | 2022 |
| Reserva de incentivos fiscais | (a) | 20.783 | 8.217 |
| Reserva legal | (b) | 12.452 | 9.918 |
| Reserva de lucros a realizar | (c) | 43.569 | 44.676 |
| Reserva para investimento e expansão | (d) | 56.043 | 60.896 |
| Reserva de dividendos adicionais propostos | (e) | 21.187 | 5.230 |
| Total | | 154.034 | 128.937 |

| Covenants debêntures | 2023 | | |
|--|------|----------------|----------------|
| | Nota | 2023 | 2022 |
| Reserva de incentivos fiscais | (a) | 20.783 | 8.217 |
| Reserva legal | (b) | 12.452 | 9.918 |
| Reserva de lucros a realizar | (c) | 43.569 | 44.676 |
| Reserva para investimento e expansão | (d) | 56.043 | 60.896 |
| Reserva de dividendos adicionais propostos | (e) | 21.187 | 5.230 |
| Total | | 154.034 | 128.937 |

| Covenants debêntures | 2023 | | |
| --- | --- | --- | --- |
| Nota | 2023 | 2022 |

<tbl_r cells="2" ix="1" maxcspan="3" maxrspan="2"

